

CONTRATO Nº. 025/2023.

***CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NATUREZA
JURÍDICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO
ESTADO DO TOCANTINS E HUGO MOURA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA***

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS 25ª REGIÃO - CRESS 25ª REGIÃO – TO, inscrito no CGC/MF sob o n.º 09.360.985/0001-30, Quadra 405sul, alameda 32 lote 24, plano diretor sul, Palmas-TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, legalmente representada pela Conselheira Presidente Sra. **TACIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade de n.º. 408.212 – SSP-/TO e do CPF de n.º. 987.552.771-87, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **HUGO MOURA-SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, com sede 104 Norte, rua NE-09, lote 22, sala 01, Ed. Sil Center – em Palmas-Tocantins, inscrita no CNPJ sob o n.º. 30.700.809/0001-32, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato que se vincula nos termos Processo Administrativo n.º 097/2023, observadas as especificações constantes nele contido, seguindo a Lei n.º. 8666/93 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica preventiva e contenciosa nas áreas do direito administrativo e trabalhista, bem como de outras correlacionadas, com efetiva atuação em qualquer juízo, instância ou foro da justiça do trabalho, justiça federal e justiça estadual do Tocantins, ou tribunais sediados em qualquer local do território nacional, e junto a qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta que se faça necessário além da prestação de assessoria jurídica no âmbito administrativo na realização de audiências em processos administrativos éticos na Capital e interior do Estado do Tocantins e em outros estados, quando necessário, inclusive, eventualmente, aos finais de semana e feriados, conforme especificações técnicas.

1.2. Detalhamento do objeto:

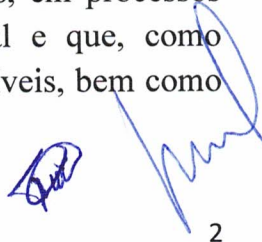
1.2.1. Os serviços executados incluem o seguinte:

- Prestar assessoria jurídica às Direções e comissões do Conselho, bem como aos departamentos, atuando nos aspectos preventivo e contencioso, sugerindo medidas a tomar, resguardando os interesses e oferecendo segurança jurídica aos atos e decisões do Conselho.
- Analisar contratos propostos e/ou firmados pelo Conselho, avaliando riscos e a

segurança jurídica em todas as negociações.

- Administrar o contencioso do Conselho, em todas as instâncias, acompanhando os processos administrativos e judiciais, preparando recursos, impetrando mandados de segurança ou tomando as providências necessárias para garantir os direitos e interesses da instituição.
- Orientar todas as áreas do Conselho em questões relacionadas com a área jurídica, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da lei.
- Recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades do Conselho dentro da legislação e evitar prejuízos.
- Acompanhar processos licitatórios, tomando todas as providências necessárias para resguardar os interesses da instituição, inclusive auxiliando o Conselho em relação a impugnações quando necessário.
- Elaboração de Pareceres Jurídicos acerca quanto a processos administrativos de compras e licitações e dispensa.
- Analisar a situação de profissionais inadimplentes, fazendo as recomendações pertinentes às áreas envolvidas.
- Efetuar o acompanhamento e orientação jurídica em processos éticos e participar de audiências, presenciais ou remotas.
- Assessorar nas negociações para compra e venda de imóveis.
- Redigir correspondências que envolvam aspectos jurídicos relevantes.
- Preparar defesas administrativas de cunho fiscal e de controle, junto aos órgãos envolvidos.
- Dar suporte técnico permanente à Diretoria, Comissões e demais áreas do Conselho, bem como às Seccionais, participando de reuniões, remotas ou presenciais, fornecendo informações sobre as atividades de sua área, assegurando o fluxo das informações necessárias para a realização das atividades.
- Manter a Diretoria informada sobre qualquer problema que possa comprometer o desempenho ou a qualidade dos serviços prestados.
- Atuação consultiva e preventiva na esfera trabalhista junto ao Sindicato da Categoria profissional e Sindicato Patronal.
- Promover auxílio no Departamento de cobranças da Dívida Ativa dos profissionais inadimplentes, bem como atuar nos processos de negativação junto ao Cartório de Protesto, bem como a execução fiscal pertinente.
- Auxiliar na realização de capacitações e atividades de aprimoramento ministradas pela Contratante ao público interno e externo no que tange à área de atuação da Contratada.

2.2 A prestação dos serviços objeto da contratação abrangerá a defesa dos interesses do Contratante, na forma descrita no objeto, e sem exclusividade das partes, em processos judiciais e extrajudiciais, cujo patrocínio será entregue ao profissional e que, como consequência, assistirá ao Contratante até o esgotamento dos recursos cabíveis, bem como em ações rescisórias e anulatórias.



2.3 Para a execução dos serviços contratados o profissional receberá a competente procuração.

2.4 Os serviços serão prestados de forma remota e/ou presencial, de acordo com as necessidades do Contratante, devendo o Contratado disponibilizar endereços físico e eletrônico, bem como, número de telefone móvel para contato.

2.5 O Contratado deverá comparecer presencialmente à Sede do Contratante, pelo menos uma vez por semana, em horário de funcionamento da instituição, para prestar informações e ficar à disposição da Direção e Setores a fim de elucidação de dúvidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

2.1. A prestação de serviço será realizada de forma contínua com prazo de duração por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por 60 meses conforme art. 57 da lei 8666/93 e art. 106 da lei 14133/2021, caso seja vantajoso para a contratante.

2.2. Em caso de renovação contratual, será utilizado o índice INPC-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para fins de reajuste de preço.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO.

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil, e seiscentos reais), inclusos todos os custos e despesas, correndo por conta da Contratada as despesas com tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, lucros, e, ainda, todas as despesas que diretamente ou indiretamente derivem da prestação dos serviços, bem como outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

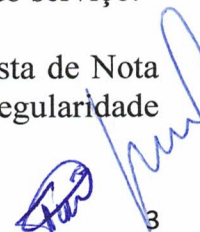
3.2. Referido valor estimado foi obtido junto a Tabela de Honorários Advocatícios da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, devidamente instituída pela Resolução OAB-TO n. 006/2022, publicada em 13 de dezembro de 2022 e com vigência para o exercício de 2023 em seu item 18.3.

3.3. O valor será pago em 12 parcelas mensais de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais) pelo o período de 12 (doze meses) consecutivos.

3.4. O preço permanecerá fixo e irrevogável até o advento do termo final do prazo de vigência do contrato.

3.5. O pagamento à CONTRATADA será efetuado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da contratada em até 10 (dez) dias da efetiva prestação do serviço.

3.6. O pagamento à CONTRATADA fica condicionado à apresentação por esta de Nota Fiscal de Prestação de Serviços e de todos os documentos de comprovação de regularidade jurídica e fiscal exigidos pela legislação.


3

3.7. Integrarão os valores pagos ao Contratado ainda, todos e quaisquer valores relativos à sucumbência provenientes dos processos judiciais.

3.8. Sobre os pagamentos efetuados, serão retidos na fonte pelo contratante os tributos federais, estaduais e municipais quando previsto por lei.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento vigente do contratado, no elemento de despesa inserido na rubrica 6.2.2.1.1.01.04.03.004.002 - Serviço de Assessoria e Consultoria.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

5.1. Adimplir o valor pactuado nos termos e prazo previstos no presente contrato;

5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas e defeitos observados;

5.3. Cumprir integralmente os termos do presente Termo de Referência.

5.4. Fornecer, sempre que dela dispuser, documentação (original, fotocopiada ou digitalizada, conforme o caso) para elaboração de peças processuais.

5.5. Adiantar ou reembolsar o valor referente a despesas efetuadas a título de custas e emolumentos;

5.6. Adiantar ou reembolsar o valor referente a passagens, estadia e diária, na forma das normativas do Conselho, quando houver necessidade de prestação de serviços fora da cidade de Palmas, mediante aprovação prévia da Direção.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por todas e quaisquer obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social e tributária decorrentes da execução do presente contrato.

6.2. Cumprir integralmente os termos do presente contrato; inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade, dentro das especificações e qualidade estabelecidas na proposta decorrente do processo licitatório.

6.3. Comunicar ao contratante, imediatamente, qualquer falha na efetivação ou inexecução dos serviços ora ajustados, devendo as medidas corretivas necessárias serem imediatamente implementadas ou em prazo concedido pelo contratante.

6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento/serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante.

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação;

Executar os serviços dentro das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações previstas neste contrato.

6.6. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto do presente instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.7. Guardar absoluto sigilo e integral confidencialidade a respeito de todos os dados e informações a que tiver acesso quando da execução dos serviços ora contratados.

6.8. Articular-se, nos dois meses iniciais do contrato com o profissional contratado, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços.

6.9. Solicitar ao CRESS/TO, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso.

6.10. Não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com o CRESS/TO, na data da entrega da proposta, conforme os preceitos de infração ética e impedimentos constantes do Estatuto da OAB.

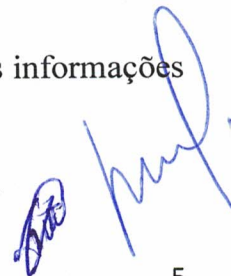
6.11. Fornecer as informações processuais para que o Contratante mantenha o seu sistema de dados atualizado.

6.12. Responder pelos danos causados ao Contratante por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

6.13. Utilizar todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos do Contratante, somente eximindo-se desta responsabilidade caso o CRESS/TO autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos.

6.14. Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pelo Contratante, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio.

6.15. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Os serviços de imprensa, comunicação institucional e de serviços editoriais, a serem contratados, relacionados nas cláusulas anteriores serão de atuação presencial e demais meio necessário para entrega do objeto constante neste projeto, assim como na sede do Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Tocantins, situado na Quadra 405 sul, alameda 24 lote 24, plano diretor sul, Palmas-TO, e/ou de acordo às necessidades do CRESS/TO, assim como, quando solicitado deverá estar disponível para viagens no Estado do Tocantins e outros da Federação;

7.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços em todos os eventos a serem realizados pelo o CRESS-TO, e também àqueles eventos onde o conselho participará de qualquer regime.

7.3. A CONTRATADA deverá atender às todas as solicitações demandas pela Gestão do CRESS-TO, pertinente a atividades profissional de comunicação institucional e mídia;

7.4. A CONTRATADA não será obrigada a cumprir carga horária na instituição;

7.5. É de responsabilidade da CONTRATADA a cobertura de todas as demandas remetidas as atividades profissionais contratadas;

7.6. As atividades desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser executada, respeitando o Código de Ética da categoria do Assistente Social;

7.7. A CONTRATADA deverá prestar serviços não somente dentro do prédio sede do conselho, como em qualquer outro local dentro ou fora da cidade situado o conselho, conforme for necessário;

7.8. Responsabilizar-se pelas despesas para realização destes serviços, tais como o pagamento dos tributos fiscais, emolumentos e dos encargos decorrentes da Legislação trabalhista e Previdenciária;

7.9. Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

7.11. Facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo prévio entre as partes contratantes;

7.12. Exercer o controle do cronograma de atividades elaborado pelo CRESS/TO, com o objetivo de cumprir os prazos previamente estabelecidos e manter a eficiência dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1. A inexecução total ou parcial do objeto do contrato, por culpa da contratada acarretará a rescisão do citado instrumento, a critério do contratante e aplicação de multa nos moldes e percentuais abaixo, sem prejuízo da possibilidade de aplicação da suspensão do direito de contratação junto ao poder público.

A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- Advertência escrita;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, caso ocorra a inexecução total ou parcial da prestação dos serviços, quantia esta reconhecida como líquida, certa e exigível, passível de cobrança via de execução e compensável pelo Contratante de qualquer crédito porventura existente;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

8.2. As multas aplicadas pelo Contratante serão descontadas dos valores devidos à Contratada, por ocasião da realização do pagamento ou cobrada pelos meios legais.

8.3. Se não for possível descontá-la por ocasião do pagamento, a contratada poderá recolher, voluntariamente, a multa através de depósito bancário. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução, e será considerado inadimplente e inidôneo para licitar com a Administração.

8.4. As multas previstas nesta e Termo de Referência não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade sobre perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.5. As penalidades previstas neste item são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA - PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES.

9.1 Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo de informações e documentos, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados;

9.2 Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização da CONTRATANTE.

9.3 Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens, gravações e informações usados durante a prestação dos serviços.

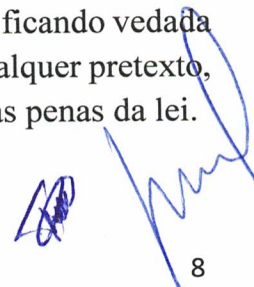
9.4 A CONTRATADA obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

9.5 Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a infraestrutura do órgão não poderá ser utilizada para fins particulares.

9.6 A CONTRATADA deverá entregar ao órgão toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, cederá ao órgão, em caráter definitivo e irrevogável, a propriedade intelectual das produções realizadas durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por produções quaisquer textos, roteiros, imagens, artes, vinhetas, efeitos, programas, desenhos, e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS.

10.1 Todos os direitos autorais decorrentes da execução deste Instrumento são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização expressa daquele, sob as penas da lei.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES.

11.1. Nos termos da Lei nº. 8.666/93, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o CRESS-TO pelo prazo de até cinco (5) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito à ampla defesa, se:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal.

11.2. A Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
- b) 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a incidência até o 30º (trigésimo) dia;
- c) 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do Contrato, após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado da execução do objeto;
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no inadimplemento total do Contrato e/ou no descumprimento das obrigações assumidas.

11.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcionalmente ao inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. A rescisão deste contrato poderá ser bem como nos casos de indisponibilidade financeira:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei acima mencionada;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do Contratante;

- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- e) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- f) Rescisão ou alteração do contrato por iniciativa de quaisquer das partes com antecedência de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste contrato serão dirimidas, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no foro da Seção Judiciária da sede do Contratante, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O Contratante exercerá a gestão do contrato e a ação fiscalizadora, através da Coordenação Geral de Administração sobre os serviços contratados.

Palmas/TO, 21 de novembro de 2023.




CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO TOCANTINS
CONTRATANTE


HUGO MOURA-SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF: 005.663.011-5
CPF: 608.461.343-2